



# CERTIDÃO

CÓDIGO: 84A6.D107.4AF8.7914

Emitida no dia 01/09/2020 às 15:40:31

Identificação do requerente:

CNPJ/CPF: 09.368.382/0001-85

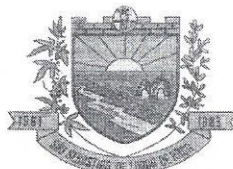
R.G. :

Certifico, observadas as disposições da legislação vigente e de acordo com os assentamentos existentes neste órgão, que o requerente supra identificado está em situação **REGULAR** perante a Fazenda Pública Estadual, **com relação a débitos fiscais administrativos e inscritos em Dívida Ativa.** A referida identificação não pertence a contribuinte com inscrição ativa no Cadastro de Contribuintes do Estado da Paraíba.

A presente Certidão não compreende débitos cuja exigibilidade esteja suspensa, nem exclui o direito de a Fazenda Pública Estadual, a qualquer tempo, cobrar valores a ela porventura devidos pelo referido requerente.

Esta certidão é válida **por 60 (sessenta) dias a partir da data de sua emissão**, devendo ser confirmada a sua autenticidade através do serviço *Validar Certidão de Débito* na página [www.receita.pb.gov.br](http://www.receita.pb.gov.br).

**OBS: Inválida para licitação no que se refere ao fornecimento de mercadorias ou prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal ou comunicação não compreendidos na competência tributária dos municípios se o requerente supracitado estiver localizado no estado da Paraíba, ressalvada quando a licitação se referir à prestação de serviço de transporte entre municípios com características urbanas no âmbito das regiões metropolitanas no estado da Paraíba, reconhecida por Lei específica.**



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DE LAGOA DE ROÇA**

R. José Rodrigues Coura, 53, Centro • CGC.08.742.439/0001-00 • Tel.(83) 3387-1066 • E-mail: tesouraria@lagoaderoca.pb.gov.br • Site: www.lagoaderoca.pb.gov.br

Governo: "Reconstruindo com inovação"

**TESOURARIA**

## **CERTIDÃO NEGATIVA**

**CERTIFICO**, que de acordo com as informações prestadas pela seção de Tributação desta Edilidade, que **O SERVIÇO REGISTRAL E NOTORIAL DE SÃO SEBASTIÃO DE LAGOA DE ROÇA-PB, CNPJ. nº. 09.368.382/0001/85**, domiciliado na Rua José Rodrigues Coura, 53, Centro, desta cidade de São Sebastião de Lagoa de Roça-PB, **ESTÁ QUITES COM OS TRIBUTOS MUNICIPAIS.**

Ficam, todavia, ressalvados os Direitos da Divisão de Finanças do Município, de cobrar quaisquer débitos que venham a ser posteriormente apurados, do que para constar, passei a presente **CERTIDÃO**, que tem validade de 90 (noventa) dias.

**São Sebastião de Lagoa de Roça-PB, 03 de Setembro de 2020.**

Paulo Sergio de Vasconcelos  
Tesoureiro  
Matrícula: 456





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: SAO S DE LAGOA DE ROCA CARTORIO DO REGISTRO CIVIL (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 09.368.382/0001-85

Certidão nº: 21091158/2020

Expedição: 28/08/2020, às 09:40:57

Validade: 23/02/2021 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **SAO S DE LAGOA DE ROCA CARTORIO DO REGISTRO CIVIL (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **09.368.382/0001-85**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.